

As Tecnologias são apenas Mediadoras do Processo de Transformação Social e Econômica no Semiárido

Painelistas: Francisco Carneiro Barreto Campello, Paulo Pedro de Carvalho e Julio Paupitz
Editora: Carolina Gomes Nascimento

doi:10.18472/SustDeb.v6n3.2015.17233

DEBATE

Como o paradigma de combate à seca se transformou em convivência com a seca no Semiárido nordestino? Quando e como se iniciou o trabalho de aproximação entre a sociedade civil e o Estado na convivência com o Semiárido? Quais ações realizam para promover a participação das mulheres neste projeto? Esses e outros temas enriqueceram o evento paralelo “A Gestão Ambiental para a Convivência com a Seca e o Combate à Desertificação: o Direito à Água Associado às Boas Práticas”, organizado e coordenado pelo Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (DCD/SEDR/MMA) durante a 12ª Conferência das Partes (COP), da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (United Nations Convention to Combat Desertification – UNCCD), na cidade de Ancara, Turquia, em outubro deste ano (ver quadro à parte).

Na noite de quinta-feira, dia 15 de outubro de 2015, a delegação brasileira realizou o evento que deu origem a este Debate, editado por Carolina Gomes, doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que participou da COP-12 com financiamento da UNCCD, como Sociedade Civil Brasileira – colaboradora da ONG Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS).

O evento paralelo, que teve como objetivo abordar as ações brasileiras para a implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil), teve a participação da delegação brasileira (formada por representantes do MMA, do Ministério das Relações Exteriores e da sociedade civil) e cerca de 30 participantes de delegações dos cinco Anexos da UNCCD, além de representantes do Secretariado e também da sociedade civil. Deve-se destacar a representatividade observada dos países da América Latina e Caribe, Comunidade de Países de Língua Portuguesa e África.

Um momento-chave das negociações internacionais ambientais

A COP-12 teve mais de seis mil delegados participantes ao longo das duas semanas de reunião e, em seu segmento de alto nível, nos dias 20 e 21 de outubro, contou com mais de 75 representantes do alto escalão (chefes de delegação e ministros de Estado), além do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan. A COP-12 ocorreu em um momento-chave das negociações internacionais ambientais – cerca de um mês após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e um mês antes da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP-21 (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC). As partes adotaram ao todo 35 decisões, segundo os itens deliberados contidos na Agenda prevista. A COP de Ancara foi responsável por vincular as ações da UNCCD com as de mitigação da UNFCCC, por meio de mensagens enviadas à COP-21, da UNFCCC. A incorporação do conceito¹ – amplamente discutido e negociado durante a COP-12 – de neutralidade da degradação dos solos vinculou a UNCCD ao ODS 15.3². A maneira como o objetivo será atingido efetivamente será por metas voluntárias de reabilitação de terras degradadas determinadas pelos próprios países.

Outra discussão foi a de se criar um Fundo para recuperação de terras degradadas, com participação de investimento privado, assunto que deve ser retomado na COP-21 da UNCCD e decidido ao longo do próximo ano. Diante dessa proposta, tanto o Mecanismo Mundial³ quanto o Secretariado da UNCCD asseguraram que todas as medidas para proteger o acesso à terra das comunidades locais e indígenas seriam tomadas. A terceira pauta de destaque era a proposta de se ampliar o escopo da UNCCD (que se destina somente à degradação de terras em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas) para um instrumento jurídico internacional regulador dos solos *latu sensu*, além do escopo de desertificação. A proposta não foi adotada pela UNCCD, porém, os países foram orientados a usar os critérios da Convenção no manejo de seus solos que não estejam em zonas secas, se assim o desejarem.

A primeira palestra do evento paralelo do Brasil foi proferida pelo diretor do DCD/SEDR/MMA, **Francisco Carneiro Barreto Campello** (FCBC). A segunda palestra foi ministrada pelo representante da rede de sociedades civis brasileiras Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), **Paulo Pedro de Carvalho** (PPC). Durante a sessão de perguntas e respostas, contribuiu, além dos palestrantes, o especialista em manejo sustentável em zonas áridas, **Julio Paupitz** (JP). Os painelistas focaram suas apresentações em seis pontos: (1) paradigma da convivência com a seca; (2) parcerias institucionais para implementação das Boas Práticas de Convivência sustentável; (3) tecnologias sociais adaptadas à seca para segurança alimentar e hídrica; (4) aproximação entre sociedade civil e o Estado e as ações para promover a participação das mulheres; (5) sistemas de mensuração e impacto; e (6) considerações finais.

Em continuação, oferecemos uma síntese das opiniões dos especialistas convidados sobre os seis eixos temáticos anteriores, além das respostas dos painelistas às perguntas mais relevantes formuladas pelo público internacional que participou do evento.

1. O paradigma da convivência com a seca

Francisco Carneiro Barreto Campello (FCBC): o contexto socioambiental define os esforços para a implementação das práticas adaptadas à seca que possibilitem uma convivência sustentável com a semiaridez, promovam a segurança hídrica, alimentar, energética e conservem as paisagens, os serviços ambientais e combatam a desertificação.

Queremos apresentar como a estrutura do governo está implementando as ações para o PAN-Brasil, com a colaboração da cooperação técnica e dos organismos da sociedade civil. Houve uma reflexão e uma mudança de comportamento das estratégias do governo e das ações de campo. Nós tínhamos políticas para a região semiárida que não dialogavam com a semiaridez. Agora trabalhamos com o aproveitamento do potencial dos recursos naturais, seja para a produção de alimentos para a população, seja para atender à demanda energética, ou para a segurança alimentar dos criadouros.

Há um grande esforço nacional para uma convivência com a semiaridez e se utilizam os potenciais locais como ferramentas para a transformação da região – trazendo um grande desafio. A zona onde o processo de desertificação se faz mais presente compreende cerca de 1.000.000 km² e uma população de cerca de 32 milhões de habitantes sendo que, destes, 10 milhões são diretamente afetados nas zonas rurais. Além da mudança de paradigma, a segurança hídrica, a energética e a alimentar também devem ser pensadas.

Paulo Pedro de Carvalho (PPC): a articulação do Semiárido brasileiro é uma rede com 15 anos, formada por organizações da sociedade civil atuantes em toda a região onde estão as áreas susceptíveis à desertificação.

Nós desafiamos a sociedade brasileira a criar uma nova proposta, um novo olhar sobre a região semiárida saindo de uma ideia de seca, de tristeza, de sofrimento, como muitas vezes era apresentado e ainda é. Para nós não existe combate à seca, mas, sim, a convivência com a aridez, aproveitando os conhecimentos tradicionais, a cultura e a força do povo trabalhador do Semiárido, unindo conhecimentos tradicionais com conhecimentos acadêmicos e construindo novos conhecimentos, unindo e se articulando com esse conjunto de organizações que hoje já são mais de mil.

2. As parcerias institucionais para implementação das Boas Práticas de Convivência sustentável

FCBC: Nós temos um conjunto de esforços de governo que ajuda a promover uma estratégia de convivência com a seca, apoiando a implementação de boas práticas adaptadas à seca, que promovem uma convivência sustentável com a semiaridez e efetivamente fazem o combate à desertificação. Entre as ações estruturantes implantadas para criar a institucionalidade necessária estão a Política Nacional de Combate à Desertificação; o Plano Nacional de Agroecologia; as políticas para compras institucionais e o Cadastro Ambiental Rural.

O Brasil tem agora uma política nacional aprovada pelo Congresso que estabelece as diretrizes para o governo trabalhar de fato uma ação de convivência com o Semiárido. Existe um marco regulatório que estabelece os preços mínimos para os produtos não madeireiros das florestas secas. Existe também um programa para que 30% das compras institucionais sejam feitas dos agricultores familiares, que atualmente movimentam cerca de US\$ 300 milhões com compra de produtos dos camponeses. Existe ainda um programa para promover o manejo florestal comu-

nitário na agricultura familiar e um programa nacional que promove a agroecologia no âmbito dessas famílias.

Temos também uma estratégia financeira integrada, atendendo à orientação da UNCCD, que permite o apoio a projetos no campo, que movimentam cerca de US\$ 60 milhões em apoio direto a projetos com participação da sociedade civil e da cooperação técnica internacional. Atualmente temos três projetos: um com o IICA, um com a FAO/GEF e outro com o Pnud/Fundo GEF. Além da criação de linhas de crédito, em bancos de desenvolvimento, para apoiar diretamente os agricultores – o BNDES possui uma linha de crédito para o plano nacional e para os planos estaduais, para apoiar a implementação do PAN-Brasil.

PPC: Na ASA, queremos superar a ideia equivocada das grandes obras faraônicas que estão ligadas à ideia do combate à seca. Deve existir a convivência, a ideia das obras descentralizadas e empoderadas, compatíveis com os conhecimentos das tecnologias sociais que chegam a todas as comunidades. Nós buscamos a participação, a construção coletiva dos conhecimentos, o protagonismo de todas as pessoas que participam do processo: mulheres, homens, jovens. Considerando as comissões municipais espalhadas por mais de mil municípios do Semiárido, temos mais de cinco mil organizações de base participando das dinâmicas da ASA, ou seja, somos uma rede bastante capilarizada em toda a região. Temos também capacidade de diálogo, de influência nas políticas públicas e diversos parceiros, além das ONGs, dos governos, da cooperação internacional e da iniciativa privada.

3. As tecnologias sociais adaptadas à seca para a segurança alimentar e hídrica

PPC: Desde a sua criação a ASA tem um programa de mobilização social para a convivência com o Semiárido. Como vivemos em uma região semiárida, que chove durante um pequeno período do ano, percebemos que uma das melhores estratégias é fazer os estoques de água, de sementes, de alimento e de forragens.

Como principais programas da ASA de captação e gestão de água, existem em parceria com o Governo Federal, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa P 1+2 e o Programa Cisterna nas Escolas. O Um Milhão de Cisternas é responsável por captar água para o consumo das famílias. Somente a ASA já passou das 600 mil cisternas e mais de 1,3 milhão de cisternas em todo o Semiárido. O programa visa mobilizar os trabalhadores das famílias agricultoras; trabalha com processo de informação para a convivência com o Semiárido, para a gestão da água e difusão da tecnologia de captação da água das chuvas. As cisternas têm capacidade para 16 mil litros de água e, se bem administradas, depois de cheias podem garantir água por 6 a 8 meses para uma família de cinco ou seis pessoas, que é aproximadamente o período de estiagem do Semiárido brasileiro.

Em parceria com alguns órgãos de pesquisa no Brasil fizemos alguns estudos que mostraram que, com a cisterna (e a maior disponibilidade de água para beber), os benefícios gerados por esse programa não são apenas na saúde, mas também na renda, na participação social das famílias e na economia local.

O Programa P 1+2 significa uma terra e duas águas. Uma terra devido à luta para a democratização e conquista da terra; duas águas, por se tratar da água de beber e para produzir. Chamamos carinhosamente de “água para comer”, pois a água vai produzir alimentos e gerar renda para as famílias.

Os mais recentes programas são: o Programa Cisterna nas Escolas Rurais, tendo em vista as necessidades de água própria para o consumo das crianças nas escolas, que está ajudando em torno de 75 mil estudantes, professores e funcionários em mais de 3000 escolas rurais do Semiárido; e o Programa de Manejo da Agrobiodiversidade, para garantir o acesso descentralizado às sementes crioulas por meio da recuperação, preservação, multiplicação, armazenagem e distribuição.

FCBC: Observamos um conjunto de resultados das estratégias que estão sendo implementadas no campo, por exemplo: experiência de manejo comunitário para exploração dos bosques; usos múltiplos das florestas secas com o beneficiamento de frutas, artesanato, biojoias e suplemento de lenha; venda dos produtos não madeireiros; práticas de manejo que permitam o gado sadio e produtivo nas épocas de seca; gestão da água com as cisternas e dos solos com barramento base zero.

4. Quando se iniciou este trabalho de aproximação entre sociedade civil e o Estado? E quais ações realizam para promover a participação das mulheres neste projeto, uma vez que elas têm um papel muito importante?

FCBC: Com uma experiência para construir cerca de 500 cisternas, desenvolver a metodologia de monitoramento e controle e um programa que pudesse ter uma estrutura para receber recursos substanciais para fazer implementação dessa natureza. O último convênio que fizemos com a ASA, por exemplo, foi de pelo menos US\$ 90 milhões. Essa é uma ação que é feita com muita transparência, para que não comprometa as estruturas das organizações da sociedade civil feita com o controle do Estado e sob fiscalização dos órgãos de controle do Governo.

PPC: Quando nós começamos a elaborar este projeto, no início dos anos 2000, a meta era que em cinco anos fizessemos um milhão de cisternas, no entanto, quando chegamos ao prazo, não tínhamos nem a metade. De qualquer forma, mantivemos o programa e fomos buscar novos recursos de diversas fontes para chegar ao objetivo. Quanto às mulheres, na ASA também temos organizações feministas. Trabalhamos para que pelo menos metade do público seja formado por mulheres. Em nosso programa de sementes, por exemplo, mais de 70% dos participantes são mulheres. Hoje, não só da ASA, mas em várias organizações do Brasil, as mulheres estão assumindo protagonismo nas organizações de base e nos espaços de políticas públicas. Atualmente, os processos de comercialização nas feiras agroecológicas e processos de beneficiamento estão praticamente sob o controle das mulheres.

5. Existem sistemas de mensuração e impacto que permitam enxergar o verdadeiro avanço, e como isso impacta nas regiões secas?

PPC: Em termos de impacto, em todo o Brasil, diferentes projetos sociais têm ajudado o País a superar a extrema pobreza. São quase 40 milhões de pessoas que deixaram a extrema pobreza nestes últimos 10 anos, e nós entendemos que o Semiárido, pelos dados que temos, é a região onde existia mais pobreza, especialmente nas zonas rurais, e também nas periferias das cida-

des. Em relação às famílias do meio rural, uma grande contribuição para a superação da pobreza veio com a chegada da água de qualidade. Algumas pesquisas que mostrei aqui confirmam isso. Mas sabemos que não chegamos ainda a um resultado ideal e que acreditamos ser possível, principalmente no campo do acesso à terra, de acesso à educação e da infraestrutura de produção. Porém, é inegável a mudança de qualidade de vida das pessoas que tiveram acesso às cisternas, até porque essa ferramenta não é única, ela traz também um processo de mobilização, de informação e de politização para que as pessoas exerçam seu protagonismo nos diversos espaços de políticas públicas, como conselhos, associações e sindicatos.

Julio Paupitz (JP): O que temos por trás do programa de cisternas é um processo que impacta profundamente as comunidades que estiveram sofrendo durante muito tempo com os problemas da seca. Assim, é uma oportunidade para a difusão da informação. Estamos observando no Brasil a demanda pelas cisternas superar as fronteiras do Semiárido. Há a melhora na saúde das pessoas, como a diminuição da verminose e da diarreia.

6. Considerações finais

PPC: Para finalizar, gostaria de agradecer ao MMA que nos convidou para contribuir, e aos senhores que estiveram aqui nos ouvindo. Nesta Conferência muitas conversas boas acontecem no âmbito da agenda oficial, e também paralelamente. Estamos à disposição para dialogar e trocar informações e estratégias de atuação. Temos a certeza de que no Semiárido nós encontramos, e estamos transformando em políticas públicas, o caminho da convivência com este ambiente: a estocagem, organização, administração, educação; é um conjunto. As tecnologias são apenas mediadoras do processo de transformação social e econômico na região.

FCBC: Eu também queria agradecer e fazer um complemento muito importante: hoje temos duas grandes experiências de cooperação técnica em curso em nossa atuação. Uma delas com o Programa Econormas, que envolve quatro países da América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), com os quais trabalhamos em conjunto para o combate à desertificação. Esse programa permite um intercâmbio de boas práticas e uma melhoria nas atividades que estão sendo realizadas nos planos nacionais. A outra é um esforço que estamos fazendo com os países de língua portuguesa, no âmbito da UNCCD, também para a transferência de tecnologias e formação técnica para a implementação de boas práticas. Como os colegas da sociedade civil, nós também temos a consciência de que o combate à desertificação se faz, na verdade, com a implementação de boas práticas e com um olhar de convivência com o ambiente, e não de um enfrentamento como se pudéssemos mudar a natureza.

Entre os dias 12 e 23 de outubro ocorreram na COP-12 mais de 75 eventos paralelos que permitiram aos participantes (tanto dos governos, quanto da sociedade civil e do Secretariado da UNCCD) compartilhar suas atividades e trocar experiências, sendo que o evento paralelo brasileiro em tela foi um desses. Enxergar o seminário por meio das lentes da convivência tem sido a nova estratégia para enfrentar os desafios inerentes à região: perceber as dificuldades enfrentadas como condições inerentes que não podem ser mudadas, mas, sim, respeitadas e adaptadas da melhor forma possível. Ainda assim, esse olhar não permite que a passividade esteja presente: é preciso prevenir a piora das condições socioambientais, ao mesmo tempo que se busca atingir a melhoria da qualidade de vida em seu sentido mais amplo e a promoção da segurança hídrica, alimentar e energética.

Destaque deve ser dado às parcerias estratégicas para ações no Semiárido que unem diversos atores como o governo, sociedade civil, cooperação internacional e iniciativa privada. Ações

realizadas em frentes multidisciplinares, que perpassam a área de necessidades básicas (como acesso à água), passando pela educação, tecnologias sociais, respeito e preservação dos saberes locais, manejo de solos e paisagens, geração de trabalho e renda, entre outros.

Nesse cenário, as tecnologias sociais simples, eficientes e de baixo custo, que permitam a captação e armazenamento de água da chuva, como as cisternas, podem promover a convivência sustentável de forma inclusiva com a semiaridez, além de estarem alinhadas com os objetivos da UNCCD de combater a desertificação fazendo a conexão entre o meio ambiente, o desenvolvimento e a promoção de terras saudáveis, trabalhando para o alívio da pobreza, manutenção e restauração da produtividade das terras e a mitigação dos efeitos da seca.

Debatedores:

1. Paulo Pedro de Carvalho, agrônomo e coordenador de projetos do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e instituições não governamentais alternativas (Caatinga) e representante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil);
2. Julio Paupitz, engenheiro florestal e convidado especialista em manejo sustentável em zonas áridas;
3. Francisco Carneiro Barreto Campello, engenheiro florestal e diretor do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (DCD/SEDR/MMA) e Ponto Focal Técnico Nacional da UNCCD.

NOTAS

¹ “State whereby the amount and quality of land resources necessary to support ecosystem functions and services and enhance food security remain stable or increase within specified temporal and spatial scales and ecosystems”.

² Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

³ Órgão da UNCCD que dá suporte aos países para implementar os objetivos da Convenção e aumentar a eficiência e a efetividade dos mecanismos financeiros existentes.